
QUANDO O CAMPO É SUA PRÓPRIA UNIVERSIDADE: NOTAS SOBRE A ETNOGRAFIA COMO “CATEGORIA DE ACUSAÇÃO”

WHEN THE FIELD IS YOUR OWN UNIVERSITY: NOTES ABOUT ETHNOGRAPHY AS
“CATEGORY OF ACCUSATION”

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão a partir de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2011 sobre as relações entre a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA) e os bairros situados em seu entorno. Tomo a seguinte questão como guia: como se dá a etnografia em um setor que vislumbra a si mesmo como além dos limites do Estado? Por um lado, na letra oficial das instituições estatais, a universidade pública aparece desprovida de poderes executivos e legislativos, afiançada apenas de um poder consultivo, e tem por prerrogativa a tarefa de auxiliar os gestores públicos na arte do bom governo. Por outro, etnografias sobre setores do Estado informam que suas instituições, não raro, operam extrapolando seu arcabouço legal/formal. Reside aí toda a questão, pois um relato sobre a vida privada de uma instituição à qual o antropólogo está vinculado inspira dois tipos de reações: aqueles que temem ser “avaliados” negativamente e ter, assim, seu sistema de representações ferido e aqueles que querem ver “o circo pegar fogo”, conquanto não voem faíscas a chamuscar suas reputações. Desta forma, a etnografia é enquadrada como um exercício de antropologia *antis-social*, nos termos do antropólogo David Mosse. No caso em tela, teme-se que a análise das relações entre a FFCH e sua vizinhança demonstre o quão esta entidade está enredada em condicionamentos e ideologias, que, a princípio, seriam vistos como alheias a ela.

Palavras-chave: Universidade. Etnografia. Instituições públicas.

Abstract

This article proposes a reflection based on a research carried out between 2009 and 2011 on the relations between the Faculty of Philosophy and Human Sciences of the Federal University of Bahia (FFCH-UFBA) and the districts located in its environment. I take the following question as a guide: how does ethnography take place in a sector that envisions itself as being beyond the limits of the state? On the one hand, in the official letter of state institutions, the public university appears as lacking executive and legislative powers, being only secured by an advisory power, and has as prerogative the task of

1 Doutor em Antropologia (UFBA) e, atualmente, professor de Sociologia do Instituto Federal Baiano, campus Santa Inês. A Antropologia urbana e a etnografia das instituições públicas e, também, dos grupos e subculturas juvenis são meus interesses de pesquisa. E-mail: hildoncarade@yahoo.com.br.

assisting public managers in the art of good government. On the other hand, ethnographies on sectors of the State report that their institutions often operate by extrapolating their legal/formal framework. The whole point is that an account of the private life of an institution to which the anthropologist is attached inspires two kinds of reactions: those who fear being negatively “evaluated” and thus have their system of representations hurt and those who want to “watch the world burn,” provided no sparks fly to singe their reputations. In this way, ethnography is framed as an exercise in anti-social anthropology, according to the anthropologist David Mosse. In this case, we fear that the analysis of the relations between the FFCH and its neighborhood demonstrates how this entity is entangled in conditionings and ideologies that, at first, would be seen as alien to it.

Keywords: University. Ethnography. Public institutions.

INTRODUÇÃO

Novembro de 2009. O ano encerrava-se em uma surpreendente calma. Após a profusão de casos policiais, de furtos a desova de cadáveres, ocorridos nos primeiros sete meses do ano, já há algum tempo não havia nenhuma ocorrência policial nas instalações ou imediações da Faculdade de Filosofia. Na reunião da Congregação da Faculdade, uma possível explicação: “avisem ao diretor que ele pode ficar tranquilo, pois eu garanto que não vão mais ocorrer assaltos e roubos na área da Faculdade”. Essas palavras foram atribuídas a um dos traficantes que controlam o comércio de drogas na região do Alto das Pombas e do Calabar, bairros vizinhos à instituição. O recado foi dado a um dos vigilantes da Faculdade, que se incumbiu de ofertar as “boas novas” ao dirigente da instituição que, por sua vez, tornou público este “acordo de paz” em sua intervenção nesta reunião da Congregação, fórum máximo de deliberação da unidade.

Poucos dias após este evento, comentando com a ex-diretora da Faculdade (gestão anterior ao quadriênio 2009-2012) os fatos acima arrolados, ela relembrou alguns incidentes ocorridos em sua administração. Ela se referiu, pois, à circulação de cavalos – isso mesmo, cavalos – nas instalações da Faculdade, fato que repercutiu de maneira bastante negativa diante das cobranças por uma postura mais enérgica da direção perante essa incômoda presença. Em diversas reuniões da Congregação, garantiu ela, foram elencados os motivos para a não expulsão dos animais do ambiente acadêmico. Dentre eles, o principal seria: os animais pertencem aos traficantes locais; logo, a expulsão deles equivaleria a uma declaração de guerra endereçada aos donos do tráfico. “Você sabe, a gente não é Estado, a gente não é nada. A única coisa que a gente pode fazer é mediar” – disse ela, frisando sua impotência diante desses acontecimentos.

As questões desenvolvidas neste artigo têm como ponto de partida a reflexão sobre meu trabalho de campo que gerou a dissertação de mestrado em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. O trabalho tinha por objetivo compreender como se davam as relações políticas entre a Faculdade de Filosofia

e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA) e os bairros que compunham seu entorno.

Os fatos descritos no início desta introdução oferecem uma dimensão do contexto tenso das relações. De fato, a manutenção da ordem não é prerrogativa de uma instituição de ensino superior, haja vista não estar ao seu alcance o manuseio do poder repressivo. Assim, diante da afirmação basilar da sociologia política weberiana de que o monopólio legítimo da violência física se constitui enquanto implemento *par excellence* do Estado (WEBER, 1982), dificilmente as universidades públicas poderiam se enquadrar no arcabouço estatal ante esta perspectiva. Todavia, tendo em vista a distinção proposta por Philip Abrams (1988) entre o “Estado como sistema” (*state-system*) – um nexos palpável de práticas e estruturas institucionais centradas na governança – e o “Estado como ideia” (*state-idea*), um conjunto de projeções, provisões e esperanças que varia conforme os diferentes tempos históricos e sociedades, pode-se sustentar que as universidades são as instituições públicas mais capazes de materializar este “Estado como ideia”, principalmente no concernente aos ideais modernos de democracia e participação popular.

O estudo etnográfico das instituições estatais nos impõe colocar entre parênteses as finalidades que elas propõem cumprir. De acordo com Abélès (1995), pode-se dizer que o esforço do antropólogo gira em torno da tarefa de desconstruir a instituição concebida como autônoma em seus objetivos. Quando se descreve uma agência estatal tendo em vista suas prerrogativas, seus fins, tem-se dela uma imagem bastante fiel, tal como imaginada por seus próprios idealizadores. Nesta perspectiva, o interesse está direcionado mais para como ela se comporta diante das finalidades *a priori* estipuladas e menos nos acontecimentos que se lhe irrompem, nos quais qualquer tipo de falha ou bloqueio é facilmente interpretado como indício de mal-entendido, de frustração e contradição entre a margem de iniciativa dos atores e as contenções do sistema. Então, “desconstruir” analiticamente uma instituição de ensino superior significa não analisá-la de acordo com os parâmetros que lhe são peculiares: o ensino, a pesquisa e a extensão. Isso nos leva a um enfoque nas dinâmicas informais ou, nos termos de Goffman (1999), na vida íntima das instituições.

Dito isso, este texto tem como meta ensejar algumas respostas a questões que se entrelaçaram com o desenvolvimento da pesquisa. Levando em consideração a citada fala da ex-diretora da FFCH, meu objetivo aqui é refletir sobre a etnografia das instituições estatais – no caso, uma unidade universitária – a partir da seguinte pergunta: como se dá a etnografia em um setor que, em termos nativos, vislumbra a si mesmo como estando para além dos limites

estatais? Vinculada a esta questão surge uma reflexão sobre meu trabalho de campo. À medida que eu era, àquela altura dos acontecimentos, estudante da instituição objeto de minha etnografia, a publicização dos meus tópicos de estudo com os outros participantes da casa suscitou alguns fatos e negociações que me levaram a ponderar sobre a dimensão política do empreendimento etnográfico. Assim, também proponho aqui um debate sobre como o tema das relações políticas entre a FFCH e sua vizinhança foi enquadrado pelos meus interlocutores acadêmicos.

De modo a cumprir as metas elencadas, primeiramente, elaboro uma breve revisão da literatura sobre as instituições públicas de ensino superior do país, com o intuito de demonstrar a imagem que sobressai. Em seguida, farei uma reflexão sobre minha condição de antropólogo participante da instituição objeto da pesquisa. Nesta etapa, apontarei o quanto o empreendimento etnográfico pode provocar reações de suspeição perante os interlocutores da pesquisa. Como a antropologia é uma disciplina fundamentada na sociabilidade, ou seja, na capacidade relacional do antropólogo, o tema de uma etnografia pode transformar o empreendimento antropológico em algo de que as pessoas queiram se esquivar, o que vem a ser um exercício de antropologia antissocial.

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA BREVE REVISÃO

A literatura acerca das universidades públicas congrega obras que vão do tópico mais específico da descrição de determinada instituição ao contexto mais geral de análise da política educacional do país através da história de suas instituições. A maioria esmagadora dos estudiosos do tema são historiadores, sociólogos e filósofos da educação. Aqui há uma advertência que serve também para este texto: todo o tratado sobre as universidades de um país tem de lidar com o fato de ser, em alguma medida, um discurso nativo. Mesmo o estudo mais rigoroso, em termos de critérios científicos, pode estar contaminado por categorias êmicas não explicitadas como tais, haja vista o fato de o autor que escreve ser o mesmo que ministra, ou ministrou, aulas em uma universidade e/ou foi estudante dela em determinada fase de sua vida, pois muitas vezes essas situações oferecem uma inspiração, posteriormente materializada em “objeto de pesquisa”.

Grosso modo, essas reflexões podem ser enquadradas em três vertentes: em primeiro lugar, as grandes narrativas sobre o desenvolvimento do ensino superior público no país, mostrando as correlações entre a ordem econômica e a ordem política, mas concebendo certa autonomia do campo educacional. Como exemplo posso citar a hoje clássica trilogia de Luiz Antônio Cunha, escri-

ta no decorrer dos anos 1980 e com várias edições posteriores, constituída pelas obras *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas* (2007a), *A universidade crítica: o ensino superior da república populista* (2007b) e *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior* (2007c). Em segundo lugar, temos as publicações estimuladas por debates e fóruns que congregam especialistas e políticos profissionais, com o fito de refletir sobre as vicissitudes vivenciadas pela universidade pública no país. Como exemplos podem ser arrolados os textos do senador Marco Maciel (2003), do cientista político Hélió Trindade (2000) e a coletânea de artigos da Unesco (2003). Por último, temos as obras suscitadas pela iminência de datas comemorativas – os aniversários das instituições –, nas quais geralmente as “pratas da casa” nos oferecem seus relatos sobre a vida universitária, ocasiões muitas vezes coroadas com lançamentos de livros, permitindo, pois, o encontro de gerações de uma mesma instituição. Neste último caso, temos as obras de Ernesto de Souza Campos (2004) sobre a história da Universidade de São Paulo (USP); de Paulo Coimbra Guedes e Yvonne Sanguinetti (1994) sobre a trajetória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e de Edvaldo Boaventura sobre a UFBA (1996).

Há nestas três vertentes duas afinidades. Por um lado, a universidade está no limiar entre o Estado e a sociedade. Por outro, ela é estudada de acordo com a influência de fatores políticos e econômicos, diante das orientações das políticas de educação estipuladas pelo Estado, nas quais se sobressai a imagem de uma instituição que vive conforme os sabores e dissabores da vida política brasileira, navegando na tormenta de mares por vezes autoritários, por vezes democrático-liberais. Vejamos.

No âmbito das políticas de reforma do Estado, implementadas no decorrer dos anos 1990, as universidades figuram na rubrica de “serviços não exclusivos do Estado”, isto é, tudo aquilo que pode ser ou não realizado por instituições não vinculadas ao Estado, aqui qualificadas como “prestadoras de serviços”. Em relação a esses serviços, ainda que em alguns casos o Estado se responsabilize por sua provisão, não lhe compete a formulação de políticas, tampouco sua execução. Assim, não estando, pois, presente no núcleo estratégico do Estado – composto, como se sabe, pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) –, tampouco configurando-se em uma atividade exclusiva da esfera estatal, as universidades públicas aparecem como “organizações sociais” que prestam um serviço ao Estado e celebram com ele um contrato de gestão. (CHAUI, 2001) De acordo com Marilena Chaui (2001), estaríamos assistindo a um esvaziamento da presença estatal nas esferas societárias ante o triunfo da ideologia neoliberal que apregoa ser o mercado o único agente portador de racionalidade política,

enquadrando as intervenções estatais como eminentemente perigosas e desastrosas. Neste sentido, o que era um direito do cidadão passa a ser visto como um mero serviço (a saúde e a educação sofrem esse rebaixamento de *status*). Assim, a universidade pública caminha para uma desditosa transformação: de uma instituição social a uma entidade administrada; de uma agência que se incumbiu da geração de conhecimentos e valores extrínsecos à influência das religiões e dos partidos políticos para um entidade envolta em suas rotinas burocráticas e administrativas; enfim, do ócio, condição necessária para a produção de saberes alheios à intervenção do meio exterior, ao negócio, característica que determina a confluência entre interesse econômico e viabilidade para a existência de uma política pública.

Desta forma, a universidade pública, assim como a sociedade civil, aparece como vítima das violências franqueadas pelo Estado. Todavia, sendo ela um setor específico do Estado, qual seria a natureza de suas ações diante do arcabouço estatal? Ora, como lembra o sociólogo José Murari Bovo (1999), referindo-se a uma entrevista dada pelo professor José Arthur Giannotti ao jornal *Folha de S. Paulo*, é preciso que a universidade desempenhe um papel crucial: “o de estar vinculada à elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social”. (BOVO, 1999, p. 17) Despojada, pois, de poderes executivos e legislativos, de formulação e implementação de políticas públicas, a universidade estaria afiançada tão somente de um poder consultivo, tendo por prerrogativa a prestimosa tarefa de auxiliar os gestores públicos na arte do bom governo. Mas considerar as pessoas, as organizações e as instituições dedicadas à administração do conhecimento como meros sustentáculos do poder temporal é algo deveras simplista. De fato, assim como o conhecimento é uma forma de controle e manutenção do *status quo*, ele também estabelece uma via possível de rebeldia e contestação. (SCHWARTZMAN, 1983) Deste modo, a universidade pública é considerada uma mediadora entre o Estado e a sociedade civil. Aliás, a vitalidade da instituição depende desse papel de mediação. Como apontou Simon Schwartzman (1983) num texto que me parece sintetizador de toda essa discussão, a geração de novas ideias, conhecimentos e valores produzidos pela universidade está intrinsecamente relacionada com sua integração *débil* com as outras esferas sociais, particularmente com as fontes tradicionais de poder e dominação política, econômica e religiosa.

É interessante notar que essa ação de mediação, de diálogo com a sociedade civil, é ainda mais enfatizada quando olhamos o lugar das atividades extensionistas dentro do arcabouço institucional das universidades. A extensão universitária surge no Brasil na primeira metade do século XX, a partir dos

moldes europeus, conformando propostas de educação continuada e prestação de serviços às classes populares. Assim, em sua origem, o trabalho extensionista funcionou como política social compensatória, uma medida tomada para pacificar os conflitos sociais sem fomentar a gestação de novas alternativas para os grupos sociais envolvidos. (ROCHA, 2001)

Nas décadas de 1950 e 1960, coube à União Nacional dos Estudantes despertar a universidade para seu papel social. Paulatinamente, o contato com grupos periféricos da sociedade fez que os universitários se mobilizassem tanto em lutas urbanas quanto em questões camponesas, o que propiciou uma crítica mais consistente ao caráter assistencialista da extensão universitária. Embora ofertasse serviços sociais necessários à população, a dinâmica extensionista se dava nos termos de uma via de mão única, como se certos setores sociais em nada pudessem colaborar e mesmo compartilhar no tocante à produção do conhecimento. (PAULA, 2013)

Sintomático disto é a reflexão de Paulo Freire em torno de certo conceito de extensão universitária, criticado pelo autor por suas dimensões unilaterais e invasivas. Vale a pena citar o educador, em suas confabulações sobre a integração dos saberes agrotécnicos com o contexto de vida dos camponeses chilenos:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2010, p. 27)

Esse reconhecimento do papel ativo, enquanto produtores de conhecimento, dos sujeitos que são alvo das ações extensionistas tomou ainda mais corpo com o processo de redemocratização do Brasil, no decorrer dos anos 1980. O fim do regime cívico-militar marcou a integração de setores aliados das dinâmicas políticas – os indígenas, os quilombolas, as populações rurais, os grupos populares em geral – à esfera dos direitos. A extensão, agora vista como indissociável do ensino e da pesquisa, uma vez que tem no diálogo com a sociedade civil sua faceta mais visível, passa a ser apresentada como uma maneira de conscientizar e pedagogizar os cidadãos para a cidadania. (NOGUEIRA, 2005)

Enfim, pelo prisma da extensão universitária, temos visões nativas que concebem a universidade como uma agência mediadora entre o Estado e a sociedade civil, cuja ação oscila entre perspectivas assistencialistas, de um lado, e emancipatórias, de outro.

Conforme apontam Bevilaqua e Leirner (2000), etnografias recentes sobre setores específicos do Estado nos informam que as instituições estatais operam extrapolando seu arcabouço legal/formal. Reside aí toda a questão, porquanto um relato sobre a vida privada de uma instituição pública pode demonstrar o quanto ela estaria envolta naquilo que Althusser (1985) chamou de aparelhos ideológicos do Estado, cuja ação pode mesmo sedimentar os projetos de dominação estatais. No caso das universidades públicas, esta verdade recôndita seria tão mais incômoda, pois poderia revelar os condicionamentos extracientíficos tão criticados em outras esferas e âmbitos sociais. Além disso, meu próprio engajamento no campo me colocou diante de certas expectativas e suspeições à medida que tive o privilégio de saber determinadas informações. Tais questões são objeto da próxima seção deste texto.

O ANTROPÓLOGO: UM LEITOR PRIVILEGIADO DA CENA

A seguir descreverei algumas experiências suscitadas pelo meu trabalho de campo.

Estava no cinema, no final da tarde do dia 11 de fevereiro de 2009, assistindo ao filme *O leitor*, quando uma ligação telefônica me obrigou a tirar os olhos da tela. Olhei o visor do aparelho, de modo a identificar quem estava a me incomodar. Era Benedito.² Contrariando as regras de etiqueta, resolvi atender a chamada, mesmo porque os demais expectadores não estavam primando pelo silêncio.

Na manhã daquele mesmo dia, havia apresentado na UFBA meu trabalho de conclusão de curso como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia. A apresentação ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da FFCH. Contudo, o que estava programado para ser mais um rito acadêmico transformou-se em um espetáculo político. Observemos mais de perto.

A monografia versava sobre um grupo de indivíduos participantes do Programa Agente Jovem (PAJ), projeto de política extinto em 2009. Em termos

2 Por razões de ética na pesquisa, os interlocutores desta etnografia foram mantidos no anonimato. Entretanto, foi mantido o nome verdadeiro das pessoas ocupantes de cargos públicos, uma vez que minha interação com elas se deu a partir do revestimento conferido a essa posição (o cargo público).

gerais, o programa era voltado para jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, considerados em estado de “vulnerabilidade social”. O núcleo investigado localizava-se no bairro do Alto das Pombas – em Salvador havia mais de 50 núcleos do projeto –, abrigava cerca de 20 adolescentes e era coordenado por Benedito, liderança política do bairro, que, àquela época, ocupava o cargo de presidente da associação dos moradores local.

Neste trabalho havia atinado para o quanto o PAJ corria ao sabor das aventuras e desventuras de Benedito. Alguns acontecimentos foram marcantes para que eu chegasse a essa conclusão. Eis um breve sumário. Apesar de o programa ter sido criado em plena segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (mais precisamente no ano de 2000), ele só veio surgir no Alto das Pombas em 2005 (penúltimo ano do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva). Benedito é o personagem central para a existência desta trama. Estávamos no início do primeiro mandato do prefeito da cidade de Salvador, João Henrique Carneiro (PP-BR), e um dos partidos a compor, até então, a base de sustentação do governo municipal era o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Benedito era filiado. Transitando pelos bastidores do mundo político partidário, o líder comunitário conseguiu estabelecer laços estreitos com o deputado Yulo Oiticica (PT-BR). O ápice de consolidação das alianças foi justamente a criação de mais um núcleo do PAJ em Salvador. “Eis aqui uma turma só para você” (informação verbal)³ – teria dito o deputado, uma vez que Benedito, àquela altura, prestava serviços de informática para o núcleo do PAJ no bairro do Engenho Velho da Federação.

Assim, desde sua origem, este núcleo do programa esteve centrado na figura de seu orientador social. Era Benedito quem ministrava todos os conteúdos pedagógicos do PAJ; era ele quem detinha o poder classificatório, no tocante à seleção dos jovens a serem beneficiados pelo projeto, redefinindo a letra oficial do programa, retirando do rol de critérios de admissão a categoria “renda familiar” para adotar o princípio, por assim dizer, mais subjetivo do “engajamento” dos adolescentes (“*entram aqui os jovens mais interessados*” – dizia ele); era Benedito, na qualidade de presidente da associação de moradores local, quem reorientava as ações dos adolescentes em prol da realização de atividades comunitárias, além de traçar os destinos do projeto. Tal “pessoalização” do programa fez que ele fosse considerado pelos demais moradores do Alto das Pombas como o “curso de Benedito”.

3 Entrevista com Benedito, em 11 de outubro de 2008.

É importante neste momento narrar como cheguei até o tema de pesquisa que resultou nesta monografia. Tudo começou na primavera de 2007, quando fui informado pela então diretora da instituição, a professora Lina Aras (gestão 2005-2009), sobre a presença de um grupo de jovens oriundos de comunidades carentes a se reunir diariamente nas dependências da FFCH. De acordo com ela, essas pessoas estavam engajadas em atividades de saúde e assistência social. Ao ouvir estas palavras, meus olhos brilharam. Em virtude de ter sido bolsista de iniciação científica em uma pesquisa sobre formação e aprendizado médico, havia cultivado certa afinidade com a literatura das ciências sociais no campo da saúde. Assim, o brilho dos meus olhos significava que, finalmente, havia encontrado um “objeto de pesquisa” palpável para a produção de um trabalho monográfico.

Desta forma, com o intuito de aproveitar meus estudos pgressos, iniciei, em fevereiro de 2008, o trabalho de campo. Talvez pelo afã de querer enquadrar rapidamente o “objeto” com os interesses da pesquisa, eu não havia percebido uma gama de questões que com o tempo mostraram sua pertinência, redefinindo os próprios rumos do meu trabalho. Por exemplo, sequer havia me perguntado por que eu, assim como muitas outras pessoas, durante muito tempo estive na mais completa ignorância em relação a esse grupo. Não havia me questionado sobre as circunstâncias que motivaram sua estadia nas instalações da Faculdade. Não havia percebido o quão estranha era a ocupação de salas de aulas locais por não integrantes da instituição. Não imaginava os diversos acontecimentos, em diversas esferas políticas, que possibilitaram a presença do PAJ na FFCH. O primeiro deles, segundo Benedito, foi sua desavença com o pároco da Igreja do Alto das Pombas.

Quem detém certo conhecimento acerca da geografia da cidade de Salvador já pode antever o importante papel desempenhado por ela nesta trama. O bairro do Alto das Pombas, como já informado, é limítrofe à área da FFCH. Desde tempos imemoriais, a contiguidade espacial obrigou um maior contato entre os dois polos, contato este que, não fosse tal proximidade, talvez não tivesse ocorrido. Este canal de comunicação possibilitou um encontro de caráter mais insólito que passo agora a descrever.

Em virtude da carência de espaços imobiliários, a sede da Associação de Moradores do Alto das Pombas era uma sala da paróquia da igreja católica do bairro. Todas as atividades da entidade, bem como aquelas oriundas do PAJ, eram ali desenvolvidas. A harmonia entre as doutrinas eclesiásticas e o ativismo político foi esfacelada diante das desavenças entre Benedito e o pároco da freguesia local. Como consequência, o PAJ ficou ao “deus-dará”, sem espaço físico

para abrigar as atividades pedagógicas, levando-se em consideração o total desconhecimento das altas esferas do poder municipal em relação aos destinos do projeto, que, conforme já informado, desde sua gênese esteve fortemente vinculado à trajetória política de Benedito. Não podendo mais contar com o pároco, ele foi buscar outras alternativas.

Benedito tinha um trunfo que ele próprio desconhecia. Assim como muitos moradores das áreas vizinhas à FFCH, ele conhecia muito bem as paragens da instituição. Por algum tempo, vagara pela cidade, errante, com seu séquito de adolescentes, até que uma lâmpada acendeu em sua mente: “Por que não ter aulas na Faculdade de Filosofia”? E assim ele trouxe sua trupe de adolescentes para a área apelidada de “Mirante de São Lázaro”, uma varanda de cerca de dez metros quadrados, situada na borda lateral do antigo casarão que abriga as instalações administrativas desta faculdade.

Diferentemente da maioria dos moradores residentes nos arrabaldes contíguos à FFCH, Benedito já estivera formalmente vinculado à instituição. Na gestão do professor Antônio Guerreiro (2001-2004), a instituição firmara um acordo com a Associação de Moradores do Alto das Pombas, cedendo o espaço físico do Laboratório de Informática para o desenvolvimento de um projeto de inclusão digital – o Fatumbi – direcionado aos jovens entre 15 e 22 anos de idade do Alto das Pombas e do Calabar (outro bairro vizinho à faculdade).

A demanda partiu dos moradores dessas comunidades, e não da FFCH, a exemplo da presença das crianças de uma creche localizada em São Lázaro (bairro onde está situada a faculdade), que partiu da iniciativa dos responsáveis pela entidade e não de uma deliberação da instituição. Houve, nesses casos, uma inversão das relações tradicionalmente estabelecidas. Se, habitualmente, é a universidade quem se dirige às comunidades por meio de seus projetos de extensão universitária, no tocante à FFCH, foram as comunidades circunvizinhas as responsáveis pelo estabelecimento de parcerias e de um maior diálogo entre os dois polos. Observem como as visões nativas acerca da universidade, que concebem sua ação mediadora junto às comunidades populares nos termos do dualismo assistencialismo versus emancipação social, não conseguem dar conta dessa trama política desenhada pelas relações de vizinhança entre a unidade universitária e seu entorno.

Não demorou muito para a presença de Benedito e seu grupo ser notada. A então diretora da FFCH, a professora Lina Aras, tão logo os avistou, se incumbiu de providenciar uma sala do pavilhão de aulas da faculdade, visando contemplá-los com um lugar mais apropriado à realização de ativida-

des pedagógicas, tão mais urgente era o caso, pois se tratava de um projeto de inclusão social.

Como já é do conhecimento do leitor, também foi a diretora quem me ofertou a ideia para a realização deste trabalho, abrindo-me as portas de acesso a este grupo, o que a fez ser a principal “colaboradora” dessa pesquisa. Foi como uma espécie de obrigação, no sentido de retribuir à dádiva da presença no seio do ambiente universitário, que Benedito resolveu atender ao pedido da professora para aceitar a minha presença entre eles.

De fato, como apontam Hammersley e Atkinson (1995), o “apadrinhamento” (*sponsorship*) baseado na mobilização de redes pessoais, de parentesco, de afinidades e de relações ocupacionais pode contribuir para (e, por vezes, atrapalhar) o bom desenvolvimento da coleta de dados. Diante do “patronato” da diretora da instituição vivenciei essas duas facetas. Todas as vezes que Benedito e seus discípulos mais próximos me falavam de como eles eram maltratados na faculdade, de como as pessoas demonstravam preconceitos em relação a eles, de como eles eram uma presença incômoda naquele lugar, era na esperança de eu transmitir as boas novas à professora Lina. Esta, por sua vez, era simultaneamente uma *sponsor* e uma *gatekeeper* (“porteira”). Ainda segundo Hammersley e Atkinson (1995), um “porteiro” é aquele que pode abrir ou obliterar a passagem para determinado conhecimento. De acordo com eles, os “porteiros” são, por assim dizer, uma pintura das organizações que o etnógrafo futuramente descreverá; logo, eles têm um interesse direto para com a pesquisa, no intuito de garantir uma imagem favorável de sua corporação. Assim, essa amizade propiciava à referida professora a oportunidade de se defender das possíveis acusações, bem como informar a Benedito os acontecimentos da faculdade sob a ótica de sua direção.

Com isso, não quero dizer que as disputas se resumiam à esfera mais privada das relações, mas estas relações dinamizaram os conflitos, tornando-os públicos. Nos preâmbulos de meu trabalho de campo, poucas pessoas – dentre estudantes, funcionários e professores da instituição – estavam cientes da presença de moradores do Alto das Pombas e demais redondezas desenvolvendo atividades no âmbito da faculdade.

No decorrer de quase um ano, esse assunto passou a ser discutido nas reuniões da Congregação. Assim, o papel social da FFCH foi colocado como pauta do dia. No plano político, como consequência da minha etnografia, a não defesa dos interesses da “comunidade” – neste caso, o não apoio ao PAJ – passou a ser uma “categoria de acusação” nos termos de Gilberto Velho (2004).

Basicamente, a dinâmica dos conflitos tinha a sua temporalidade. Todo início de semestre se intensificava, diante da questão da alocação de salas para o programa. Benedito sentia como se não houvesse nenhuma garantia em relação à permanência do PAJ na unidade. Era como se existisse um contrato implícito cuja cláusula correspondente à estadia do Programa nas dependências da Faculdade estivesse sempre em aberto para possíveis negociações e, por conseguinte, possíveis tensões.

A situação agravou-se em virtude de algumas mudanças no desenho institucional do PAJ. Em junho de 2008, o projeto mudou de nomenclatura, passando a se chamar Pró-Jovem Adolescente. Dentre as modificações, uma foi de real importância para a intensificação das contendas: a abertura de uma turma matutina para o programa. Essa iniciativa entrou em choque com as demandas da faculdade, pois o turno matutino é o de maior agitação das rotinas acadêmicas, tendo-se em vista a maior concentração das aulas da instituição nesse período específico do dia. Assim, a direção da faculdade ficou em maus lençóis no concernente à garantia de um espaço físico para o Pró-Jovem.

Do ponto de vista de Benedito, tudo não passava de má vontade da diretora. Ainda assim, não lhe era conveniente se indispor em demasia, pois em fins de 2008 a Faculdade começava a vivenciar os humores da sucessão ao cargo da direção, o que o deixava profundamente exasperado, tendo-se em vista o fato de ninguém poder seriamente afirmar que o próximo gestor manteria a atitude de cooperação entre a faculdade e a comunidade. Era a hora, pois, de angariar apoios, e Benedito vislumbrou em minha defesa de monografia uma oportunidade para conseguir seu objetivo.

Assim, eu estava cercado de expectativas em relação a essa ocasião. No dia anterior, fui ao Colégio Tertuliano Góes, localizado no largo principal do Alto das Pombas, onde Benedito atendia em nome da associação de moradores, para mostrar a monografia pronta e impressa a ele e aos beneficiários do programa que por lá estivessem. Anteriormente, Benedito já ficara entusiasmado com o título do trabalho: *Relações incômodas*. Vendo-o materializado, seus olhos brilhavam, pois ele sabia que o dedo seria colocado na ferida. Ao folhear algumas páginas do texto, ele exclamou: “*Olha eu fico até emocionado ao ver isso. É bom que a gente tenha esse registro, pois o PAJ daqui teve uma história que o PAJ em Salvador não teve*”.

Os instantes de contemplação foram breves. Imediatamente, Benedito partiu para a ação: começou a telefonar para seus contatos, de modo a se certificar da presença deles neste que, para ele, era um grande acontecimento político. Desse modo, compareceram ao evento o então coordenador de políticas para a

juventude da cidade de Salvador, Antônio, dois integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Emília e Gustavo, além de muitos dos participantes e ex-participantes do PAJ. Convidados por mim, vieram três amigos meus, alguns dos meus colegas da faculdade e dois professores da instituição. A sala estava lotada, o que despertou a admiração de um dos professores que fazia parte da banca de exame.

O espetáculo precisava de plateia farta, e Benedito não poupou esforços para tanto. Ele sabia que ali era também um ritual de afirmação do grupo. Quando, por exemplo, no âmbito do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, um membro de algum terreiro de candomblé convida todo o povo de santo para participar da sua cerimônia de defesa de dissertação de mestrado, ou qualquer outro congêneres, e esta presença se dá de maneira maciça, pode-se dizer que o grupo interpreta aquela realização individual como um momento de afirmação da coletividade.

No meu caso, mesmo não sendo um morador do Alto das Pombas, o fato de eu estar, de alguma forma, contando parte da história deles, me fazia ser este agente catalisador dos anseios coletivos. Era como se Benedito e os jovens do PAJ falassem através da minha boca; era como se eles escrevessem através das minhas mãos.

Assim, terminei sendo um coadjuvante do meu próprio trabalho. De fato, Benedito foi o grande protagonista do dia. Logo após o ritual acadêmico, de apresentação da monografia, da apreciação da banca de exame e da obtenção da avaliação, Benedito pediu a palavra, de modo a deixar explícita a sua plataforma política: a da institucionalização da presença deles em espaços universitários.

Diante dessa história, eu gostaria de pedir a vocês, professores que fazem parte da banca, que esse nove e meio [conceito obtido pelo trabalho] seja também uma possibilidade de uma discussão melhor com a universidade, para ela rever o que [se] passou. [...] As coisas aqui são muito pessoais e eu odeio isso. Elas têm de ser institucionais. Eu não estou pedindo à professora Lina Aras; eu estou pedindo à universidade. A crítica que eu faço aqui diz respeito ao fato de a diretoria ter de entender que as relações não podem ser pessoais. Eu trago um ofício, eu digo o horário que eu chego, eu digo o horário que eu saio, e a universidade nunca me deu nada por escrito. [...] Então, essa é a nossa maior briga. A universidade tem de cair na real; não dá para se discutir sociologia, antropologia e o diabo a quatro sem falar de povo, sem estar ali lidando com as pessoas. Logo, nós queremos que vocês sejam pessoas que carreguem a nossa bandeira. Já estamos com a documentação do Diretório Central dos Estudantes apoiando a nossa causa. Estamos chamando as pessoas, pois agora quem quer que as coisas sejam institucionais sou eu. Queremos que o próprio colegiado dos professores [ele estava se referindo à Congregação da Faculdade]

decida isso e determine isso, pois não dá para fazer um trabalho com os meninos ficando um dia em uma sala, outro dia em outra, um dia aqui, outro dia acolá!

Foram estas as palavras com as quais Benedito encerrou a apresentação de meu trabalho de conclusão de curso. E aqui eu retorno ao telefonema no escurinho do cinema. Havia se passado algum tempo após o evento. Benedito resolveu entrar em contato, pois alguns mexericos chegaram aos seus ouvidos dando conta de uma possível irritação por parte da professora Lina Aras em relação ao seu discurso, parcialmente reproduzido acima. Como realmente nada sabia a respeito desses acontecimentos, pude tão somente ouvir os seus apelos. “*A diretora tem de entender que não se trata de uma crítica pessoal; eu tenho de lutar por nossa causa e para isso eu preciso que a nossa presença seja institucionalmente reconhecida*” – disse ele.

Como me limitei a apenas ouvi-lo, Benedito sugeriu que eu estaria por defender a diretora, diante de nossos laços de amizade. Esse tipo de acusação foi uma constante em todo o meu trabalho de campo. Era como se eu mantivesse determinadas informações, as quais, por vários motivos, às vezes nobres, às vezes cruéis, decidi não revelar. Estas foram as palavras utilizadas pelo professor de literatura, do filme *O leitor*, em sua aula sobre a *Odisseia*, de Homero. Mas, afetado pelo telefonema de Benedito, ao ver a cena do filme parecia que se endereçavam a mim. Assim, se no plano mais geral de uma etnografia o antropólogo aparece para seus interlocutores como alguém que possui um saber socialmente autorizado, com uma melhor capacidade de compreensão, essa dinâmica das relações mais privadas fazia de mim um homem que, supostamente, sabia demais. Por esse motivo, eu era visto como alguém que tinha o poder de entender todas as nuances da trama.

Como bem apontou o antropólogo David Mosse (2006), quanto mais próximos estamos do campo, tanto em termos geográficos quanto em termos afetivos, mais somos moldados por ele. A proximidade não apenas demonstra o senso de incompletude de uma etnografia; ela a torna mais socialmente visível. Como era um estudante da instituição a ser, por assim dizer, meu “objeto de pesquisa”, tive de lidar com os paradoxos de ser um informante privilegiado de mim mesmo.

Em conversas no pátio ou nas instalações administrativas da faculdade com colegas ou professores, todos eram unânimes em relação à importância da minha pesquisa. A própria geografia humana da cidade configurava esta apreensão. A FFCH mais parece um entreposto a mediar as relações entre as áreas nobres dos bairros de Ondina e da Federação e os arrabaldes humildes dos bairros do Alto das Pombas, do Calabar e de São Lázaro. Este último abriga

as instalações da faculdade e possui uma peculiaridade: o trajeto em direção à instituição – a Estrada de São Lázaro – abriga edifícios e moradas de alto padrão; logo após o campus, deparamo-nos com a Igreja de São Lázaro, envolta por casebres simplórios entrecortados por becos e vielas por onde trafega uma população economicamente subalterna. Enfim, em uma mesma rua podemos percorrer os dois lados da vida. A proximidade com esses núcleos mais desfavorecidos da sociedade é invariavelmente apontada como a causa da violência urbana nessa região. Como a FFCH não passa incólume a episódios de criminalidade e, ao mesmo tempo, tem de lidar com o papel social que se espera de uma universidade pública, conflagra-se aí o terreno das relações incômodas a revestir a importância dada a este trabalho.

Porém, esta notoriedade é condicionada por certa visão a respeito da etnografia. Tudo se passou como se eu estivesse por escrever a “verdade” acerca das relações entre a FFCH e seu entorno. Muitas vezes, pondera o antropólogo Don Kulick (1995), o sucesso de uma etnografia é mensurado a partir da quantidade de segredos que o antropólogo conseguiu desvelar em campo, tais como fórmulas mágicas, cultos fetichistas, mitos esotéricos, rituais secretos, experiências privadas etc. Ora, hoje percebo que as pessoas esperavam de mim justamente a revelação dos segredos, das histórias dos bastidores, o lado oculto da peça, os segredos da coxia. Desta forma, eu fui encarado como um *leitor* privilegiado de uma determinada cultura. A etnografia sendo, pois, concebida como uma hermenêutica da revelação.

A própria revelação torna-se o *leitmotiv* de todo o empreendimento etnográfico. Sua eficácia é interpretativa, à medida que o antropólogo é visto como o detentor do poder de trespassar o simples registro dos acontecimentos diários, trazendo a lume os significados ocultos de toda a trama. O paralelo com o famoso texto de Clifford Geertz (1978) sobre a etnografia enquanto uma descrição densa é, nesse sentido, evidente. Afinal, é essa mesma lógica que leva o autor a concluir que a antropologia é uma leitura de determinada cultura. A competência interpretativa advém da total imersão do etnólogo na teia de significados culturais que variam conforme o contexto de pesquisa. Evidente que, com este postulado, Geertz estava por criticar Lévi-Strauss, para quem a tarefa da antropologia seria, através de um olhar frio e distanciado, a do desvelamento dos enigmas que regem as estruturas, estas tidas como universais. (PEIRANO, 1990; SCHWARCZ, 2001)

Entretanto, esta querela entre o particularismo de Geertz e o universalismo de Lévi-Strauss conserva intacta a autoridade etnográfica. Perto ou distante, hermenêutico ou estruturalista, no final das contas apenas ao an-

tropólogo é creditado o poder de revelar a interpretação mais “correta” sobre determinada cultura, ainda que ela seja de segunda ou terceira mão – pois só o nativo faz a interpretação de primeira mão – como aponta Geertz (1978). No referente ao meu trabalho de campo, esta imagem do antropólogo como alguém que sabe mais que os próprios nativos norteia certo senso comum a respeito da disciplina antropológica.

Nesta toada, a exemplo da etnografia de David Mosse (2006) sobre as políticas de desenvolvimento financiadas pelo governo britânico, no contexto da ajuda internacional às vilas tribais no ocidente da Índia, meu trabalho de campo não foi lido como um assunto geral – talvez uma antropologia das instituições públicas –, mas como um assunto particular. Também Mosse era um *insider* em seu campo. Ele trabalhou cerca de 11 anos como consultor no Departamento Britânico para Desenvolvimento Internacional (DFID), o que lhe propiciou o capital político necessário em relação à permissão para a execução da pesquisa. Quando seus colegas tiveram acesso ao seu texto, eles não o vislumbraram como um produto de vários pontos de vista, mas como uma “declaração singular” (*singular statement*) sobre o projeto como ele é. Enfim, a etnografia tida como uma avaliação.

No meu caso, enquanto o texto ainda estava em processo de confecção, o que mais me chamava atenção eram as expectativas suscitadas por ele. Ainda que uma pesquisa científica esteja norteada por critérios éticos de preservação da identidade e intimidade dos interlocutores, era curioso notar o quanto meus colegas de curso e demais estudantes esperavam que o meu projeto tivesse o potencial de demonstrar a “demagogia de certos professores” que se diziam conscientes e engajados politicamente, mas pouco faziam em prol dos menos favorecidos. Era como se houvesse uma projeção acerca da capacidade do relato etnográfico de incrementar o arsenal de fofocas e intrigas que povoa o cotidiano das relações professor-aluno. Era como se eles esperassem que o trabalho viesse a ser uma pedra lançada contra reputações individuais.

De outra ponta, não obstante a facilidade em obter acesso ao campo, porquanto eu fosse um de seus participantes, esporadicamente certas negociações eram necessárias para a continuidade da coleta de dados, especialmente em eventos públicos que contavam com a presença dos professores. Refiro-me aqui, notadamente, às reuniões da congregação da faculdade. Frequentemente me interpelavam a justificar minha aparição nessas ocasiões, e a aceitação dela sempre vinha acompanhada de certa hesitação ou suspeição. “*Você não vai gravar não, não é?*” – era a pergunta que costumava ouvir, cuja resposta negativa selava a minha permanência nessas assembleias. Precisei, inclusive, me tornar

representante estudantil da pós-graduação para não ser mais confrontado pelos demais membros da entidade. Exercendo esse cargo, eu me assegurava no “direito” de estar ali.

Posso ainda aventar a possibilidade de o incômodo com a minha presença nas referidas reuniões encontrar justificativa no estranhamento com que nós antropólogos somos recebidos quando estamos exercitando o chamado *studying up* (NADER, 1974), isto é, o estudo das elites e classes altas. Embora dificilmente os professores universitários se enquadrem como uma “elite”, certamente eles estão longe de serem os “exóticos”, os “tribais”, os “primitivos”, enfim, os “outros tradicionais” das ciências sociais.

O legado do método etnográfico de Malinowski é a separação entre o “campo” e a “escrivania”. O que nós antropólogos sabemos é inseparável do nosso relacionamento com aqueles que estudamos – nossa epistemologia é relacional –, mas a escrita interrompe as relações de campo, corta ligações, erige fronteiras; ela é *antissocial*. (MOSSE, 2006) No entanto, por vezes, quando o etnógrafo é membro da organização objeto de seu estudo, essa dimensão de *antissocialidade* – que não se confunde com a solidão do pesquisador em seu trabalho, especialmente quando seu campo é algum lugar longínquo – pode ser um elemento com o qual ele tenha que lidar, pois a proximidade torna o relato etnográfico um objeto de disputas e negociações, contendas e expectativas que têm o potencial de inviabilizar as relações em seu plano microssocial.

Enfim, o caráter público do trabalho inspirou dois tipos de reações entre meus interlocutores: aqueles que enxergavam a etnografia como uma possível “avaliação” de suas condutas, temendo a exposição negativa que o relato poderia lhes encerrar; e aqueles que queriam ver “o circo pegar fogo”, conquanto não voassem faíscas a chamuscar suas reputações. Assim, o próximo e último passo após a revelação é a catarse, ou seja, a purificação das almas por meio de uma descarga emocional provocada pela escrita etnográfica. Enfim, a etnografia seria vista, nos termos de Mosse (2006), como um exercício de antropologia *antissocial* ou, nos dizeres de Velho (2004), como uma “categoria de acusação”, pois ela teria o suposto poder de revelar as dificuldades enfrentadas pela faculdade, diante da abertura de suas portas para as comunidades de seu entorno, comunidades estas geralmente tidas como objeto de diferentes projetos de pesquisa e de extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida privada de uma instituição nos revela muito mais do que suas disposições formais poderiam supor. Se fôssemos analisar as relações entre a FFCH e sua vizinhança a partir das categorias de ensino, pesquisa e extensão que fazem parte do vocabulário universitário, a única conclusão a que conseguimos chegar era a não existência dessa relação. Lembremos que a informalidade está na gênese da presença dos jovens do PAJ nas dependências da unidade universitária. Fortuitamente, por conhecer a localidade, Benedito resolvera ali se instalar com seu grupo de aprendizes, assim como os demais moradores dos bairros contíguos à faculdade se utilizam de seu espaço para atividades cotidianas – caminhadas, exercícios físicos, passeios com os animais de estimação etc. Posteriormente, o que era informal se transformou em uma ação dadivosa, por intermédio da então diretora da organização, a professora Lina Aras, que tomara a iniciativa de acolher o projeto social capitaneado por Benedito. Vimos aqui toda a luta da liderança comunitária para que essa dádiva viesse a se tornar um projeto que interligasse formalmente a faculdade com o seu entorno.

Assim, há que se refletir mais pormenorizadamente a respeito das interfaces entre o Estado e as instituições públicas de ensino superior, pois as mesmas cobranças que são feitas ao Estado, notadamente no tocante ao combate às desigualdades sociais e à luta pelo exercício da democracia participativa, também são endereçadas às universidades públicas. Aqui fica uma pergunta: o fato de ser apenas uma “conselheira” dos governantes e dos políticos profissionais faz que a universidade pública seja enquadrada como *menos Estado* em relação às outras instituições estatais? Com esta pergunta quero enfatizar que as instituições, concebidas como um processo, estão sempre em formação.

De outra ponta, as suspeitas e expectativas em torno do meu trabalho de campo me levaram a um policiamento maior da minha escrita, uma vez que muito provavelmente os dados de pesquisa não seriam vistos como “corretos” em termos factuais, mas sim em termos morais. Parece errado fazer críticas contra aqueles – ou melhor, contra nós, estudantes, professores e funcionários de uma instituição pública comprometida com os ideais de justiça social – que colaboram e pesquisam desinteressadamente, tentando remediar o duradouro sofrimento dos pobres. Talvez o que o meu caso demonstre é que o poder de uma etnografia – a visibilidade e a mobilização que ela pode despertar – reside não nos atributos e qualificações do antropólogo, mas nas relações por ele mantidas em campo, estas concebidas como agentes ativos nos mundos que serão descritos em um relato etnográfico.

REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, M. Pour une anthropologie des institutions. *L'Homme*, Paris, v. 35, n. 135, p. 65-85, 1995.
- ABRAMS, P. Notes on the difficulty of studying the state. *The Journal of Historical Sociology*, Londres, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BEVILAQUA, C.; LEIRNER, P. C. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 105-140, 2000.
- BOAVENTURA, E. (org.). *UFBA: trajetória de uma universidade (1946-1996)*. Salvador: EDUFBA, 1999.
- BOVO, J. M. *Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior da república populista*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007b.
- CUNHA, L. A. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007c.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (org.). *UFRGS: identidade e memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. *Ethnography: principles and practice*. 2. ed. London: Routledge, 1995.
- KULICK, D. Introduction. In: KULICK, D.; WILLSON, M. (ed.). *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in the anthropological fieldwork*. New York: Routledge, 1995. p. 1-28.
- MACIEL, M. *A universidade e a caatinga*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.
- MOSSE, D. Anti-social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional communities. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Londres, v. 12, n. 4, p. 935-956, 2006.

- NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1974. p. 284-311.
- NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas da extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.
- PEIRANO, M. Só para iniciados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 93-102, 1990.
- ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de Extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. (org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. p. 13-29.
- SCHWARCZ, L. M. Mercadores do espanto: a prática antropológica na visão travessa de C. Geertz. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 321-324, 2001.
- SCHWARTZMAN, S. Universidade, ideologia e poder. *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3/4, p. 58-62, 1983.
- TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.
- UNESCO. *Universidade na encruzilhada*. Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília, DF: Unesco, 2003.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- WEBER, M. A política como vocação. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. (org.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 97-153.